

**O Globo – 14/06/2009**

**Entraves ambientais reduzem em 20% geração de energia**

Estão atrasadas 18 obras de construção de hidrelétricas no país

Por Gustavo Paul

A despeito do discurso otimista do governo, a expansão do sistema elétrico nacional está esbarrando em entraves ambientais e jurídicos envolvendo questões indígenas. Aguardando esse sinal verde, o país está deixando de iniciar a construção de hidrelétricas capazes de produzir cerca de 19,5 mil megawatts (MW) de energia nos próximos anos, quase 20% da atual capacidade de geração brasileira. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão atrasados pelo menos 18 empreendimentos hidrelétricos, que representam três vezes a potência das duas usinas do Rio Madeira - Jirau e Santo Antonio - em Rondônia, as maiores obras do setor em andamento. As novas hidrelétricas são consideradas fundamentais para possibilitar o crescimento do país, a um custo menor, na comparação com outros tipos de geração de energia.

Jirau, com seus 3.300 MW de potência, deixou de fazer parte da conta dos atrasados no início de junho, mas protagonizou um episódio exemplar dos problemas vividos pelo setor elétrico. Por semanas, a empresa Energia Sustentável do Brasil travou uma queda de braço com os governos de Rondônia e de Porto Velho em torno da mitigação do impacto ambiental. Enquanto isso, a obra ficou parada. Só depois de se comprometer a pagar mais R\$114 milhões em ações para prefeitura e estado, a obra foi liberada pelo Ibama.

Em outro front, a polêmica usina de Belo Monte viu paralizada a discussão pública do seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) por uma decisão da Justiça Federal do Pará. O juiz Antonio Carlos de Almeida argumentou que não foi entregue laudo antropológico do impacto sobre os indígenas da região. Com 11.181 MW de potência, Belo Monte será uma das maiores usinas do país, e o governo pretende leiloá-la até setembro.

As questões ambientais afetam obras de todos os tamanhos. De acordo com balanço da Aneel, obras de menor porte, como a Usina de Baú 1, em Minas Gerais, esbarrou em divergências com a prefeitura de Ponte Nova. Já na usina de Olho D'Água, em Goiás, foi identificado um corredor de mata virgem remanescente em sua área. No Paraná, as usinas de Cachoeirinha e São João tiveram o licenciamento suspenso pelo órgão ambiental estadual, e falta ainda o Ibama declarar a autonomia do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para retomar os estudos.

**Empresários: avanço insuficiente**

Para o país, os atrasos podem representar problemas na próxima década. Essa energia, que só deverá ser gerada a partir de 2012, será fundamental para dar segurança ao abastecimento energético. Se demorarem demais, alerta uma fonte da área energética do governo, o país não sofrerá um apagão, mas terá de optar pela energia térmica, mais cara e potencialmente mais poluente que a hidrelétrica.

- Para termos tarifas mais baratas no futuro, é importante aumentar a geração hidrelétrica. Caso contrário, não haverá falta de energia, mas as distribuidoras terão de comprar de fontes bem mais caras. Vai sobrar para o consumidor - disse a fonte.

Só o sétimo balanço oficial do PAC aponta formalmente que cinco empreendimentos têm questionamentos indígenas e sobre ameaça à fauna e à flora. Isso deixa na

berlinda a geração de 6.312 MW de energia, incluindo o estudo de inventário da Bacia do Rio Juruena (AM/MT) e o estudo de Viabilidade de parte do Rio Ji-Paraná (RO).

Para os empresários do setor, esses exemplos preocupam. O presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**, que reúne as empresas do setor, diz que ocorreram avanços na forma de concessão de licenças nos últimos anos, mas não são suficientes. O Ibama reduziu em cerca de um ano os prazos para análise e concessão das licenças, mas outros problemas persistem.

### **"Quando país crescer problemas virão"**

Salles admite que do lado empresarial há estudos ambientais malfeitos, que atrasam as concessões. Porém, do outro lado, há sobreposição de funções entre governos federal, estaduais e municipais, que fazem o processo andar mais devagar:

- Projetos de interesse nacional, que envolvem bilhões em investimentos, estão se deparando com questões adicionais dos governos locais. Eles impõem condições não previstas, que paralisam as obras.

Os ambientalistas questionam as críticas ao licenciamento. Segundo Sérgio Leitão, diretor de Campanhas do Greenpeace, as licenças são uma garantia à sociedade de que os empreendimentos hidrelétricos seguem a lei.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), afirma que ainda falta aprovação de uma legislação que determine os limites de atuação de cada ente federativo, para evitar a sobreposição de poderes. Na Câmara dos Deputados está na fila de votação, há mais de um mês, um projeto de lei que regulamenta o artigo 23 da Constituição e estabelece o papel dos órgãos federal, estaduais e municipais.

- Quando o país voltar a crescer, esse problema que atinge várias usinas voltará à tona. E, até agora, nenhuma medida legal para resolver o problema foi aprovada no Congresso. Com isso, o problema das licenças vai continuar - diz Pires.

O governo tem repetido que o licenciamento ambiental deixou de ser um problema. Durante o balanço do PAC, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pediu a palavra para enfatizar que as autorizações têm sido facilitadas na esfera federal e anunciou uma nova rodada de simplificação, a "Destrava 2". Em vez de a concessão de licença ocorrer caso a caso, será avaliada a bacia hidrográfica como um todo, agilizando o processo.

### **Ambientalistas se defendem**

Para Greenpeace, órgãos ambientais não podem ter "a faca na garganta"

BRASÍLIA. Considerados os principais vilões dos projetos hidrelétricos do país, os ambientalistas rechaçam o rótulo e alertam para o risco de serem feitos licenciamentos sem critérios técnicos. O diretor de Campanhas do Greenpeace, Sérgio Leitão, diz que o discurso do empresariado e das autoridades transmite à sociedade a impressão de que a concessão das licenças é um rito burocrático e burro. Para ele, é um equívoco:

- A licença ambiental é uma garantia à sociedade e não deve atender nem aos interesses do presidente Lula nem aos do Greenpeace. Entre esses dois extremos, há um espaço grande. Os ambientalistas não estão empatando o jogo.

Segundo Leitão, um dos maiores entraves ao licenciamento ágil está nos próprios relatórios de impacto ambiental das empresas. Alguns são mal feitos e sem aprofundamento, disse.

O Greenpeace critica a pressão do governo sobre o Ibama para a aprovação dos licenciamentos de qualquer forma. De acordo com Leitão, quando o presidente Lula anuncia que fará uma obra, joga o peso político do governo sobre os órgãos ambientais.

- Esses órgãos têm de trabalhar com uma faca na garganta - reclama.

Nesse cenário, o setor elétrico recebeu bem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que fixa regras para entrada de homens brancos em reservas indígenas com objetivo de facilitar novas pesquisas, disse o presidente da Empresa de Planejamento Estratégico, Maurício Tolmasquim. (Gustavo Paul)

# Entraves ambientais reduzem em 20% geração de energia

Estão atrasadas 18 obras de construção de hidrelétricas no país

• A expansão do sistema elétrico, essencial para garantir o crescimento do país nos próximos anos, esbarra em entraves ambientais e questões indígenas. À espera de soluções para esses problemas, o Brasil está deixando de iniciar a construção de hidrelétricas capazes de produzir 19,5 mil megawatts de energia, quase 20% da atual capacidade de gera-

ção, informa GUSTAVO PAUL. Segundo dados da Aneel e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão atrasados pelo menos 18 empreendimentos hidrelétricos. Eles representam três vezes a potência das duas usinas do Rio Madeira — Jirau e Santo Antônio —, em Rondônia, as maiores obras do setor em andamento. **Páginas 25 e 26**

**Crimes contra meio ambiente têm baixa punição no Brasil**

• Pesquisa do Imazon revela que ficam impunes pelo menos 86% dos crimes de desmatamento ou extração de minério em áreas protegidas da Amazônia Legal. **Página 3**

# Energia de sobra à espera de obras

## Questões ambientais ou indígenas reduzem em 20% capacidade de geração no Brasil

Gustavo Paul

BRASÍLIA

Apesar do discurso otimista do governo, a expansão do sistema elétrico nacional está esbarrando em entraves ambientais e jurídicos envolvendo questões indígenas. Aguardando esse sinal verde, o país está deixando de iniciar a construção de hidrelétricas capazes de produzir cerca de 19,5 mil megawatts (MW) de energia nos próximos anos, quase 20% da atual capacidade de geração brasileira. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão atrasados pelo menos 18 empreendimentos hidrelétricos, que representam três vezes a potência das duas usinas do Rio Madeira — Jirau e Santo Antonio — em Rondônia, as maiores obras do setor em andamento. As novas hidrelétricas são consideradas fundamentais para possibilitar o crescimento do país, a um custo menor, na comparação com outros tipos de geração de energia.

Jirau, com seus 3.300 MW de potência, deixou de fazer parte da conta dos atrasados no início de junho, mas protagonizou um episódio exemplar dos problemas vividos pelo setor elétrico. Por semanas, a empresa Energia Sustentável do Brasil travou uma queda de braço com os governos de Rondônia e de Porto Velho em torno da mitigação do impacto ambiental. Enquanto isso, a obra ficou parada. Só depois de se comprometer a pagar mais R\$ 114 milhões em ações para prefeitura e estado, a obra foi liberada pelo Ibama.

Em outro front, a polêmica usina de Belo Monte viu paralisada a discussão pública do seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) por uma decisão da Justiça Federal do Pará. O juiz Antonio Carlos de Almeida argumentou que não foi entregue laudo antropológico do impacto sobre os indígenas da região. Com 11.181 MW de potência, Belo Monte será uma das maiores usinas do país, e o governo pretende leiloá-la até setembro.

As questões ambientais afetam obras de todos os tamanhos. De acordo com balanço da Aneel, uma obra de menor porte, como a Usina de Baú 1, em Minas Gerais, esbarrou em divergências com a prefeitura de Ponte Nova. Já na usina de Olho D'Água, em Goiás, foi identificado um corredor de mata virgem remanescente em sua área. No Paraná, as usinas de Cachoeirinha e São João tiveram o licenciamento suspenso pelo órgão ambiental estadual, e falta ainda o Ibama declarar a autonomia do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para retomar os estudos.

## Para empresários, avanço é insuficiente

• Para o país, os atrasos podem representar problemas na próxima década. Essa energia, que só deverá ser gerada a partir de 2012, será fundamental para dar segurança ao abastecimento energético. Se demorar demais, alerta uma fonte da área energética do governo, o país não sofrerá um apagão, mas terá de optar pela energia térmica, mais cara e potencialmente mais poluente que a hidrelétrica.

— Para termos tarifas mais baratas no futuro, é importante aumentar a geração hidrelétrica. Caso contrário,

não haverá falta de energia, mas as distribuidoras terão de comprar de fontes bem mais caras. Vai sobrar para o consumidor — disse a fonte.

Só o sétimo balanço oficial do PAC aponta formalmente que cinco empreendimentos têm questionamentos indígenas e sobre ameaça à

fauna e à flora. Isso deixa na berlinda a geração de 6.312 MW de energia, incluindo o estudo de inventário da Bacia do Rio Juruena (AM/MT) e o estudo de viabilidade de parte do Rio Ji-Paraná (RO).

Para os empresários do setor, esses exemplos preocupam. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles, que reúne as empresas do setor, diz que ocorreram avanços na forma de concessão de licenças nos últimos anos, mas não são suficientes. O Ibama reduziu em cerca de um ano os prazos para análise e concessão das licenças, mas outros problemas persistem.

## 'Quando país crescer problemas virão'

• Salles admite que, do lado empresarial, há estudos ambientais malfeitos, que atrasam as concessões. Porém, do outro lado, há sobreposição de funções entre governos federal, estaduais e municipais, que fazem o processo andar mais devagar.

— Projetos de interesse nacional, que envolvem bilhões em investimentos, estão se deparando com questões adicionais dos governos locais. Eles impõem condições não previstas, que paralisam as obras.

Os ambientalistas questionam as críticas ao licenciamento. Segundo Sérgio Leitão, diretor de Campanhas do Greenpeace, as licenças são uma garantia à sociedade de que os empreendimentos hidrelétricos seguem a lei.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), afirma que ainda falta aprovação de uma legislação que determine os limites de atuação de cada ente federativo, para evitar a sobreposição de poderes. Na Câmara dos Deputados, está na fila de votação, há mais de um mês, um projeto de lei que regulamenta o artigo 23 da Constituição e estabelece o papel dos órgãos federal, estaduais e municipais.

— Quando o país voltar a crescer, esse problema que atinge várias usinas voltará à tona. E, até agora, nenhuma medida legal para resolver o problema foi aprovada no Congresso. Com isso, o problema das licenças vai continuar — diz Pires.

O governo tem repetido que o licenciamento ambiental deixou de ser um problema. Durante o balanço do PAC, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pediu a palavra para enfatizar que as autorizações têm sido facilitadas na esfera federal e anunciou uma nova rodada de simplificação, a "Destrava 2". Em vez de a concessão de licença ocorrer caso a caso, será avaliada a bacia hidrográfica como um todo, agilizando o processo. ■

● GIGANTE DE ENERGIA DIZ QUE BRASIL DEVE AMPLIAR A GERAÇÃO A PARTIR DOS VENTOS, na página 26

## *Ambientalistas se defendem*

Para Greenpeace, órgãos ambientais não podem ter 'a faca na garganta'

● BRASÍLIA. Considerados os principais vilões dos projetos hidrelétricos do país, os ambientalistas rechaçam o rótulo e alertam para o risco de serem feitos licenciamentos sem critérios técnicos. O diretor de Campanhas do Greenpeace, Sérgio Leitão, diz que o discurso do empresariado e das autoridades transmite à sociedade a impressão de que a concessão das licenças é um rito burocrático e burro. Para ele, é um equívoco:

— A licença ambiental é uma garantia à sociedade e não deve atender nem aos interesses do presidente Lula nem aos do Greenpeace. Entre esses dois extremos, há um espaço grande. Os ambientalistas não estão empatando o jogo.

Segundo Leitão, um dos maiores entraves ao licenciamento ágil está nos próprios relatórios de

impacto ambiental das empresas. Alguns são mal feitos e sem aprofundamento, disse.

O Greenpeace critica a pressão do governo sobre o Ibama para a aprovação dos licenciamentos de qualquer forma. De acordo com Leitão, quando o presidente Lula anuncia que fará uma obra, joga o peso político do governo sobre os órgãos ambientais.

— Esses órgãos têm de trabalhar com uma faca na garganta — reclama.

Nesse cenário, o setor elétrico recebeu bem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que fixa regras para entrada de homens brancos em reservas indígenas com objetivo de facilitar novas pesquisas, disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tommasquim. (Gustavo Paul)



## EMPREENDEIMENTOS ATRASADOS

### 1 BAÚ 1 (MG) 110 MW

Leis do Município de Ponte Nova proibem a implantação de hidrelétricas na região e o Ministério Público (MP) mineiro afirmou que elas extrapolam a competência legislativa. Está prevista para este mês a análise do processo de licenciamento prévio

### 2 CACHOEIRINHA (PR) 45 MW

Ficou suspenso o processo de licenciamento do Complexo São João/Cachoeirinha por determinação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O MP Federal lembrou que o Ibama precisa deliberar sobre a autonomia do IAP para dar licenciamento

### 3 CUBATÃO (SC) 45 MW

Licenciamento ambiental questionado pela Justiça. Inventário florestal indeferido tecnicamente pelo Ibama. Existe questionamento judicial uma vez que não é permitido o corte da Mata Atlântica

### 4 ITAOCARA (RJ) 195 MW

Processo de licenciamento arquivado pelo Ibama em março de 2007. Em outubro de 2008, o Ibama oficializou novo Termo de Referência. Em andamento a elaboração do EIA/RIMA

### 5 ITUMIRIM (GO) 50 MW

Empreendimento sob processo judicial. Termo de Referência emitido pelo Ibama/GO. Em andamento a campanha de pesquisa para coleta de dados técnico-científicos e a tabulação dos dados desta pesquisa, cuja finalidade é o novo EIA/RIMA

### 6 MURTA (MG) 120 MW

Confirme cronograma aprovado pela Aneel. O início das obras civis deveria ter ocorrido em junho de 2002. Até agora não foi obtida a Licença Prévia (LP)

### 7 RAZÃO DO ATRASO

### 7 OLHO D'ÁGUA (GO) 33 MW

Corredor de mata primária remanescente detectado na área, dificultando o licenciamento ambiental. Conforme cronograma aprovado pela Aneel, o início das obras civis deveria ter ocorrido em fevereiro de 2004. Até agora não foi obtida a Licença Prévia

### 8 PAI QUERÊ (SC/RS) 292 MW

O processo de licenciamento foi retomado em fevereiro de 2008. Termo de Referência para estudos complementares emitido pelo Ibama em setembro de 2008. Os planos de trabalho foram apresentados ao Ibama e aprovados em 3/2/09. Os trabalhos foram iniciados em março de 2009

### 9 SANTA ISABEL (TO/PA) 1.087 MW

Em julho de 2002, o Ibama emitiu parecer técnico concluindo pela inviabilidade ambiental da usina. Termo de Referência emitido pelo Ibama em fevereiro determina início de novos trabalhos de campo para medir qualidade da água, fauna aquática e terrestre e flora

### 10 SANTO ANTÔNIO (AP) 167 MW

Em 22 de janeiro de 2009, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a outorga de direito de uso de recursos hídricos está válida e em vigor; trâmite necessário à continuidade do processo de emissão da Licença Prévia pelo Ibama, que começou em 2008

### 12 SÃO JOÃO (PR) 60 MW

Foi suspenso o processo de licenciamento do Complexo São João/Cachoeirinha por determinação do Instituto Ambiental do Paraná

### 13 TIJUCO ALTO (PR/SP) 128,70 MW

Foi emitido pelo Ibama, em fevereiro de 2008, parecer conclusivo que identificou pendências para a emissão da Licença Prévia para o empreendimento. A pendência não sanada até agora refere-se às cavernas na área

### 15 PEDRA BRANCA (PE/BA) 320 MW

Estudos ambientais iniciados foram paralisados por estarem próximos a terras indígenas

### 11 BELO MONTE (PA) 11.181 MW

A Justiça Federal do Pará determinou a suspensão do estudo de impacto ambiental para a construção. O juiz Antonio Carlos de Almeida acolheu o pedido de liminar do procurador da República Rodrigo Timóteo. O juiz argumentou que não foi entregue laudo antropológico do impacto sobre os indígenas da região

TOTAL **19.581 MW**

Esse montante representa quase **20%** do total de energia produzida no país

### 11 SÃO DOMINGOS (MS) 48 MW

Inquérito civil paralisou processo de licenciamento ambiental de 2002 até janeiro de 2006. Com a retomada do processo, em maio de 2007 foi obtida a LP

### 14 BAIXO IGUAÇU (PR) 350 MW

O processo de licenciamento foi interrompido em razão de um recurso do Instituto Chico Mendes

### 17 HIDRELÉTRICA TABAJARA (RO) 350 MW

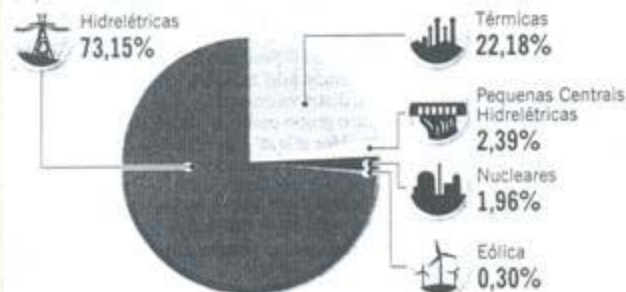
O Instituto Chico Mendes manifestou-se contra o prosseguimento do licenciamento, devido ao fato de o empreendimento afetar diretamente 0,16% da área total do Parque Nacional Campos Amazônicos

### 11 BACIA RIO JURUENA (AM/MT) 5.000 MW

As investigações geológicas nas terras indígenas Nambiquara foram interrompidas devido à situação de insegurança na via de acesso próxima à terra indígena Erawanã-Nawê

### A MATRIZ ENERGÉTICA DO PAÍS

(capacidade instalada até 31/12/2008)



### QUANTIDADE



Fontes: Aneel e Casa Civil da Presidência da República